

Ciência, tecnologia e cultura

Luiz Carlos Prestes Filho¹

Em recente pesquisa realizada pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan/2008), foi sugerido que as fronteiras da economia criativa chegam até a economia de produção de *softwares*, de comunicação (telefonía), de arquitetura, de *design*, da moda e da publicidade.

A meu ver, não podemos propor ação empresarial, em qualquer atividade econômica, inclusive na área de petróleo e gás, sem criatividade. Não podemos pensar a economia criativa sem incluir estes segmentos econômicos que trabalham com inovação, marcas e patentes, propriedade industrial e direitos autorais.

E no estado do Rio de Janeiro e na capital, por absoluta falta de padronização dos classificadores de atividades econômicas – onde estão listados os códigos tributários das atividades da economia da cultura – é quase impraticável elaborar um programa consistente que possa promover a economia da música, a economia do livro, a economia do audiovisual e a economia de espetáculos, entre outras. Situação igual em outros estados da federação. Essas atividades não são visualizadas nas políticas fazendárias do governo do estado, da prefeitura, da federação das indústrias, da federação do comércio e da associação comercial do Rio de Janeiro. Tanto que um fabricante de flauta transversa (de metal) e um fabricante de penicos (de metal) são identificados como representantes de um mesmo setor: indústria de transformação. A legislação tributária não leva em conta o valor agregado que surge com a fabricação de uma flauta transversa. O impacto que a flauta provoca quando vai para as mãos de um compositor ou de um músico.

1 Assessor de Economia da Cultura da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Rio de Janeiro.

Esta é a orientação do Núcleo de Estudos da Economia da Cultura: delimitar o campo de pesquisa nas áreas específicas da economia do texto, da economia da imagem e da economia do som. Entendemos que não estamos preparados conceitualmente para desenvolver com plenitude estudos ampliando as fronteiras setoriais, abrangendo toda a chamada economia criativa.

Por esta razão, nos anos de 1999/2002, o Núcleo de Estudos de Economia da Cultura, que tenho a honra de coordenar há dez anos, realizou um estudo que demonstrou que a economia da cultura do Rio de Janeiro é o sexto fator gerador de impostos estaduais, Imposto de Circulação de Mercadorias (ICMS), contribuindo com 3,8% para a formação do PIB: cerca de R\$ 5.1 bilhões, em 1999, e R\$ 13 bilhões, em 2007.

Após a realização desse estudo, entendemos que deveríamos aprofundar a investigação sobre o tema de maneira vertical. Assim sendo, executamos, entre os anos de 2002/2005, o estudo sobre a Cadeia Produtiva da Economia da Música (CPEM), parte integrante da economia do som. Este setor da cultura é um dos mais dinâmicos economicamente. Também a música é uma das principais plataformas para o conteúdo brasileiro. O produto nacional não tem a mesma relevância econômica nas TVs abertas (apesar da produção de novelas, programas de auditório e jornalismo) e por assinatura, cinema e videolocadoras; editoras e gráficas de livros. Os R\$ 2 bilhões que movimentam o setor (segundo a Associação Brasileira de Produtores de Discos/Escritório Central de Arrecadação e de Distribuição/2007), incluindo a arrecadação de direitos autorais, vêm da circulação no mercado consumidor de fonogramas com músicas brasileiras. 80% do mercado de música “pertencem” ao conteúdo local. Uma realidade que não tem paralelos na América Latina.

Ao focar na música, verificamos que deveríamos continuar a realizar estudos no campo da economia da cultura, parte integrante da economia do entretenimento, onde estão atividades estruturantes como: a economia do turismo e a economia do esporte.

Sendo assim, entre os anos de 2006/2009, realizamos o trabalho denominado Cadeia Produtiva da Economia do Carnaval (CPEC). Uma pesquisa vertical sobre uma atividade específica, que no período carnavalesco de 2006 gerou uma oferta de 264,5 mil postos de trabalho/mês, mobilizando para desempenho das tarefas decorrentes 470,3 mil trabalhadores. O carnaval na cidade do Rio de Janeiro gerou, naquele ano, uma receita correspondente aos gastos primários das pessoas, empresas, associações e prefeitura, da ordem de R\$ 684,9 milhões, dos quais R\$ 298 milhões (43,5%) foram referentes ao pagamento de mão de obra.

Ao dedicar oito anos de trabalho à economia do som, realizando os estudos da CPEM e CPEC, verificamos que é fundamental estabelecer fronteiras para buscar soluções para problemas que impedem ao produto cultural brasileiro ser um produto de mercado, ser um produto de ex-

portação. Questão que deve ser encarada com coragem por empresários, governos e artistas. A cultura brasileira, de acordo com as informações da balança comercial, não é exportada, apesar de contar com alguns programas de incentivo a exportação do Ministério de Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

No estudo da CPEM, os consultores do NEEC apresentaram e viabilizaram, teoricamente e na prática, a estruturação da governança do Arranjo Produtivo Local (APL) de entretenimento de Conservatória, distrito de Valença/RJ. Estamos falando de um *cluster*, um aglomerado, de empresas de entretenimento. Desta maneira, foi possível afirmar que o desenvolvimento daquela localidade passa pela economia da cultura. Em Conservatória, o turista vai para “viver” a serenata, a canção de amor abaixo de um luar. Este é o fator gerador de desenvolvimento econômico – a música. Esta atividade que gera emprego e renda, através das pousadas, hotéis fazenda, restaurantes, museus, comércio de artesanato etc. Aqui as fronteiras são até mesmo geográficas. Tem o contorno de um pequeno distrito de uma cidade decadente economicamente do estado do Rio de Janeiro. A prosperidade gerada contrasta com a realidade geral do município.

No estudo da CPEC, os consultores do NEEC apresentaram e estão tentando viabilizar teoricamente e na prática duas governanças. A do APL de bordado do carnaval de Barra Mansa/RJ e a do polo de carnaval das escolas de samba do grupo de acesso, organizadas na Associação das Escolas de Samba da Cidade do Rio de Janeiro (AESCRJ). São desafios.

No caso de Barra Mansa, a proposta é organizar a atividade de 734 bordadeiras que produzem 39 milhões de peças de bordado para todas as escolas de samba do grupo especial do Rio de Janeiro e do grupo especial de São Paulo (as vinte principais escolas de samba do Brasil). Elas injetam na economia local cerca de R\$ 53,4 milhões todos os anos ou R\$ 4,4 milhões mês. Esta estimativa representa cerca de 4,7% do PIB municipal.

No caso do polo de carnaval, estamos falando de atividade paralela ao desfile principal, que é transmitido do sambódromo pela TV para mais de 100 países. Desfile que acontece na periferia da cidade, na estrada Intendente Magalhães, na região denominada Campinho, próximo ao bairro de Madureira e da Baixada Fluminense, que se constitui no evento alternativo para milhares de foliões que não têm recursos para desfilar com as escolas ricas do grupo especial. São milhares de pessoas que consomem um carnaval popular. Produto que movimenta alguns milhões e tem potencial para promover toda região, carente de infraestrutura cultural. Ali não existem salas de cinema, teatro, escolas de arte, editoras de livros e empresas produtoras de espetáculos.

Nos estudos CPEM e CPEC, definimos nosso campo de trabalho: economia da cultura. Esta limitação nos ajudou a caminhar com segurança. Nos permitiu colocar a cultura de igual para igual não somente com os produtores de *softwares*, de comunicação (telefonia), arquitetura, *design*, moda

e publicidade. Principalmente, colocamos a economia da cultura no mesmo grau de importância da economia do petróleo, do gás, da metalurgia, da indústria naval e do setor automotivo.

Entendo que este é o caso do Rio de Janeiro, não se pode transportar esta visão para outros estados. É uma particularidade de uma região que promete, mas não realiza – faz 15 anos – sua reforma tributária. Reforma sem a qual não poderemos fazer uma leitura correta de nossa realidade. Na qual o setor de serviços tem papel preponderante. Não podemos trabalhar nossa realidade como se fôssemos um país preferencialmente industrial.

Após a reforma tributária, seria elaborado um classificador de atividades econômicas que permitiria visualizar, nas políticas fazendárias do governo do estado, da prefeitura, da federação das indústrias, da federação do comércio e da associação comercial do Rio de Janeiro e economia da cultura. Após este recorte, ou destaque, no índice dos catálogos classificadores, será possível elaborar políticas públicas e empresárias que abram perspectivas para vender nossos livros, fonogramas, obras de arte plásticas, espetáculos, produção audiovisual para o continente e mundo. Temos que vender nossa cultura assim como os americanos vendem seus filmes, *best-sellers* e fonogramas. Temos que colocar a economia da cultura no radar fazendário.

O estado do Rio de Janeiro, sua capital especialmente, vive um momento de crescimento. A eleição do Brasil como sede dos Jogos Olímpicos de 2016 tem dado grande contribuição para fortalecer este clima de euforia econômica e social que terá o seu primeiro momento mágico durante a realização da Copa do Mundo de Futebol, em 2014.

Os investimentos realizados em sua infraestrutura nos últimos dez anos comprovam esta afirmativa. Depois de nos anos 1970 e 1980, assistir ao esvaziamento do estado e capital, marcado pela fuga de centenas de empresas, inclusive com o encerramento das atividades da Bolsa de Valores “carioca”, vivemos uma realidade voltada para grandes investimentos.

Os repasses que virão com a exploração das reservas do pré-sal se destacam. Bem como os investimentos em andamento na melhoria da malha rodoviária, na construção e ampliação de parques metalúrgicos, com destaque para a Thyssen-Krupp; a construção do Polo Gás Químico, no município de Itaboraí; construção do Porto da Barra do Furado, no município de Campos; a reativação plena da indústria naval; e tantas outras frentes.

Os macronúmeros provam estas palavras:

- R\$ 284,9 bilhões foi o PIB do estado em 2007 – 2ª economia do país;
- O crescimento do PIB do ERJ foi 46,3% superior à média Brasil;
- 5,5% é a perspectiva de crescimento da economia fluminense;

- 500 mil empregos formais foram criados entre 1999/2007;
- As exportações cresceram 413% no período passando o ERJ de 9º a 5º maior estado exportador;
- Cerca de R\$ 50 bilhões de investimentos atraídos, gerando aproximadamente 60.000 empregos diretos.

É neste cenário que estudamos a economia da cultura no Rio de Janeiro. Vocações de toda região, estado e capital, conhecida mundialmente como o centro cultural do Brasil.